

- 1.000 questões gabaritadas;
- De acordo com o Edital nº 10/2026, para o cargo de Técnico Judiciário Auxiliar;
- Organizados por disciplinas e assuntos.

1.000

QUESTÕES PARA

TJ-SC

TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR

Língua Portuguesa
Legislação Institucional do PJSC
Ética e Gestão no Serviço Público
Noções de Informática e Proteção de Dados
Direitos Humanos e Acesso à Justiça
Noções de Direito Administrativo

Noções de Direito Constitucional
Noções de Direito Civil
Noções de Direito Processual Civil
Noções de Direito Penal
Noções de Direito Processual Penal

1.000

QUESTÕES PARA A

TJ-SC

TÉCNICO JUDICIÁRIO AUXILIAR

APRESENTAÇÃO

O treino de questões, além de testar seus conhecimentos, é fundamental para compreender melhor o perfil da banca organizadora. Ao mesmo tempo em que você revisa a teoria estudada, pratica a metodologia da banca e cria uma rotina de estudos essencial para a sua preparação.

Pensando nisso, a série Caderno de Questões apresenta 1.000 questões gabaritadas para o concurso Tribunal de Justiça de Santa Catarina - TJ-SC, trazendo as mais recentes questões organizadas pela banca Cesgranrio, contratada para a realização do certame, para o cargo de Técnico Judiciário Auxiliar, de acordo com os itens mais relevantes do Edital nº 10, de 2026.

O material é separado em disciplinas, de acordo com os assuntos abordados no edital publicado, para que você possa treinar tudo o que foi cobrado e já conhecer o que, possivelmente, sua banca irá abordar.

Neste material, você encontra, ainda, o gabarito oficial ao final de cada disciplina, para conferir suas resoluções.



AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.



**POR QUE
ADQUIRIR
A VERSÃO
COMPLETA?**


- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!


SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	11
→ ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS.....	11
→ ACENTUAÇÃO.....	11
→ PRONOMES PESSOAIS.....	12
→ PRONOMES DE TRATAMENTO.....	12
→ FRASE, ORAÇÃO E PERÍODO.....	12
→ ORAÇÕES COORDENADAS.....	12
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS SUBSTANTIVAS.....	13
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS ADJETIVAS.....	13
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS ADVERBIAIS.....	13
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES, ETC).....	13
→ CRASE.....	14
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL).....	14
→ COERÊNCIA. COESÃO (ANÁFORA, CATÁFORA, USO DOS CONECTORES - PRONOMES RELATIVOS, CONJUNÇÕES, ETC).....	15
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO).....	20
→ TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL.....	29
→ REESCRITA DE FRASES. SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU TRECHOS DE TEXTO.....	34
→ GABARITO 	39
LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DO PJSC	43
→ DIREITO ADMINISTRATIVO ESTADUAL E DO DF - DO EXERCÍCIO, DA LOTAÇÃO E DA REMOÇÃO (ARTS. 17 A 41 DA LEI ESTADUAL Nº 6.745/1985).....	43
→ DOS DIREITOS (ARTS. 42 A 127 DA LEI ESTADUAL Nº 6.745/1985).....	44
→ DOS DEVERES (ARTS. 128 A 167 DA LEI ESTADUAL Nº 6.745/1985).....	44
→ DA VACÂNCIA E DO REINGRESSO NO SERVIÇO PÚBLICO (ARTS. 168 A 182 DA LEI ESTADUAL Nº 6.745/1985).....	45
→ DIREITO CONSTITUCIONAL ESTADUAL E DISTRITAL - DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES (ARTS. 32 A 104 DA CE-SC).....	45
→ DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA (ARTS. 134 A 150 DA CE-SC).....	45
→ LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DOS TRIBUNAIS ESTADUAIS - REGIMENTO INTERNO DO TJSC.....	45
→ GABARITO 	46

ÉTICA E GESTÃO NO SERVIÇO PÚBLICO	47
→ ORGANIZAÇÃO (INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO).....	47
→ INTRODUÇÃO AO COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL (DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS).....	47
→ CLIMA ORGANIZACIONAL	47
→ MOTIVAÇÃO.....	47
→ DELEGAÇÃO E EMPOWERMENT	48
→ GRUPOS E EQUIPES DE TRABALHO	48
→ RELAÇÕES DE EQUILÍBRIO ENTRE INDIVÍDUO E ORGANIZAÇÃO	48
→ GERENCIAMENTO DA DIVERSIDADE NAS ORGANIZAÇÕES	48
→ A ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS	48
→ MODELOS BÁSICOS DE GESTÃO DE PESSOAS	48
→ EVOLUÇÃO E TENDÊNCIAS DA ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS NO CENÁRIO MUNDIAL	49
→ EVOLUÇÃO DA ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS NO CONTEXTO NACIONAL.....	49
→ OBJETIVOS, FUNÇÕES E DESAFIOS DA ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAS	49
→ GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	49
→ PRINCÍPIO DA RESPONSABILIDADE DE LINHA E FUNÇÃO DE STAFF.....	49
→ SELEÇÃO (GESTÃO DE PESSOAS)	49
→ DESEMPENHO	50
→ TREINAMENTO, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO (TDEE).....	50
→ QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO (QVT).....	50
→ DECRETO Nº 11.072/2022 - PROGRAMA DE GESTÃO E DESEMPENHO (PGD) DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL	51
→ SIAPE	51
→ ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E DO TEMPO	51
→ DO REGIME DISCIPLINAR (ARTS. 116 A 142 DA LEI Nº 8.112/1990).....	51
→ DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 8º-A DA LEI Nº 8.429/1992).....	52
→ DOS ATOS DE IMPROBIDADE (ARTS. 9º A 11 DA LEI Nº 8.429/1992).....	52
→ DAS PENAS (ART. 12 DA LEI Nº 8.429/1992).....	53
→ DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E DO PROCESSO JUDICIAL (ARTS. 14 A 18-A DA LEI Nº 8.429/1992).....	53
→ DAS DISPOSIÇÕES PENASIS (ARTS. 19 A 22 DA LEI Nº 8.429/1992)	54
→ DA PRESCRIÇÃO (ARTS. 23 A 23-C DA LEI Nº 8.429/1992)	54
→ TÓPICOS MESCLADOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (LEI Nº 8.429/1992)	54
→ LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DOS TRIBUNAIS ESTADUAIS - REGIMENTO INTERNO DO TJSC.....	55
→ DEMAIS NORMAS DO TJSC.....	55
→ GABARITO 	55


NOÇÕES DE INFORMÁTICA E PROTEÇÃO DE DADOS 57

→ DIREITO DIGITAL - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º A 6º DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	57
→ DOS REQUISITOS PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (ARTS. 7º A 10 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	59

→ DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS (ARTS. 11 A 13 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	60
→ DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E DE ADOLESCENTES (ART. 14 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	61
→ DO TÉRMINO DO TRATAMENTO DE DADOS (ARTS. 15 A 16 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	62
→ DOS DIREITOS DO TITULAR (ARTS. 17 A 22 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	62
→ DAS REGRAS PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (ARTS. 23 A 30 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	63
→ DO CONTROLADOR E DO OPERADOR (ARTS. 37 A 40 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	63
→ DO ENCARREGADO PELO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (ART. 41 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	64
→ DA RESPONSABILIDADE E DO RESSARCIMENTO DE DANOS (ARTS. 42 A 45 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	65
→ DA SEGURANÇA E DO SIGILO DE DADOS (ARTS. 46 A 49 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	65
→ DAS BOAS PRÁTICAS E DA GOVERNANÇA (ARTS. 50 A 51 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	66
→ DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ARTS. 52 A 54 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	66
→ DA ANPD (ARTS. 55-A A 55-M DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	66
→ DO CNPD (ARTS. 58-A A 58-B DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	67
→ DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS (ARTS. 60 A 65 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	67
→ INFORMÁTICA - CONCEITOS GERAIS DE INFORMÁTICA E INTRODUÇÃO.....	67
→ PROCESSADOR (CPU) E ARQUITETURA DE COMPUTADOR.....	68
→ MEMÓRIAS (RAM, ROM, CACHE, HD ETC.).....	68
→ BARRAMENTOS, PLACA-MÃE E BIOS.....	68
→ PERIFÉRICOS (DISPOSITIVOS DE ENTRADA E SAÍDA).....	69
→ CONCEITOS GERAIS DE SISTEMAS OPERACIONAIS E SISTEMAS DE ARQUIVOS.....	69
→ WINDOWS 11.....	69
→ CONCEITOS DE INTERNET.....	70
→ CONCEITOS E PRINCÍPIOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO.....	71
→ AMEAÇAS (VÍRUS, WORMS, TROJANS, MALWARE, ETC.).....	71
→ GABARITO 	73


DIREITOS HUMANOS E ACESSO À JUSTIÇA 75

→ DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º A 6º DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	75
→ DIREITOS HUMANOS - CONCEITOS, HISTÓRICO E GERAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS.....	76
→ DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH).....	78
→ O IDOSO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NAS LEIS.....	79
→ DA IGUALDADE E DA NÃO DISCRIMINAÇÃO (ARTS. 4º AO 9º DA LEI Nº 13.146/2015).....	79
→ DO DIREITO À HABILITAÇÃO E À REABILITAÇÃO (ARTS. 14 A 17 DA LEI Nº 13.146/2015).....	80
→ DO DIREITO À SAÚDE (ARTS. 18 A 26 DA LEI Nº 13.146/2015).....	80
→ DO DIREITO À EDUCAÇÃO (ARTS. 27 A 30 DA LEI Nº 13.146/2015).....	80
→ DO DIREITO À ASSISTÊNCIA E À PREVIDÊNCIA SOCIAL (ARTS. 39 A 41 DA LEI Nº 13.146/2015).....	81
→ DO ACESSO À JUSTIÇA (ARTS. 79 A 87 DA LEI Nº 13.146/2015).....	81


→ DIREITO DAS MULHERES NO BRASIL.....	82
→ GABARITO 	83

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO 85

→ ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO	85
→ PODER REGULAMENTAR.....	85
→ PODER HIERÁRQUICO	85
→ PODER DISCIPLINAR	86
→ PODER DE POLÍCIA	86
→ ADMINISTRAÇÃO DIRETA (ÓRGÃOS PÚBLICOS)	86
→ DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO.....	87
→ CLASSIFICAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS	88
→ FUNÇÕES, CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS.....	88
→ ESTABILIDADE E ESTÁGIO PROBATÓRIO	88
→ REMUNERAÇÃO (COMPONENTES, SUBSÍDIO, TETO, EQUIPARAÇÃO, VINCULAÇÃO, IRREDUTIBILIDADE, ETC)	88
→ FORMAS DE PROVIMENTO (ARTS. 5º A 32 DA LEI Nº 8.112/1990).....	89
→ REMOÇÃO, REDISTRIBUIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO (ARTS. 36 A 39 DA LEI Nº 8.112/1990).....	89
→ DAS VANTAGENS: INDENIZAÇÕES (ARTS. 49 A 60-E DA LEI Nº 8.112/1990).....	89
→ DO REGIME DISCIPLINAR (ARTS. 116 A 142 DA LEI Nº 8.112/1990).....	89
→ PRINCÍPIOS (ART. 5º DA LEI Nº 14.133/2021).....	90
→ DIREITO ADMINISTRATIVO (DOCTRINA E LEIS FEDERAIS) - OBJETIVOS, FASES E FORMALIDADES (ARTS. 11 A 17 DA LEI Nº 14.133/2021)	90
→ INSTRUÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO (ARTS. 18 A 27 DA LEI Nº 14.133/2021).....	91
→ MODALIDADES DE LICITAÇÃO (ARTS. 28 A 32 DA LEI Nº 14.133/2021).....	91
→ DIREITO ADMINISTRATIVO (DOCTRINA E LEIS FEDERAIS) - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (ARTS. 33 A 39 DA LEI Nº 14.133/2021)	92
→ DIREITO ADMINISTRATIVO (DOCTRINA E LEIS FEDERAIS) - DISPOSIÇÕES SETORIAIS, COMPRAS, SERVIÇOS (ARTS. 40 A 52 DA LEI Nº 14.133/2021)	92
→ FASES DA LICITAÇÃO - JULGAMENTO, HABILITAÇÃO E ENCERRAMENTO (ARTS. 55 A 71 DA LEI Nº 14.133/2021)	93
→ CONTRATAÇÃO DIRETA, INEXIGIBILIDADE E DISPENSA (ARTS. 72 A 75 DA LEI Nº 14.133/2021).....	94
→ ALIENAÇÕES (ARTS. 76 E 77 DA LEI Nº 14.133/2021)	94
→ INSTRUMENTOS AUXILIARES (ARTS. 78 A 88 DA LEI Nº 14.133/2021).....	94
→ CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 89 A 95 DA LEI Nº 14.133/2021)	95
→ GARANTIAS (ARTS. 96 A 102 DA LEI Nº 14.133/2021).....	96
→ ALOCAÇÃO DE RISCOS (ART. 103 DA LEI Nº 14.133/2021)	96
→ DURAÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 105 A 114 DA LEI Nº 14.133/2021).....	97
→ EXECUÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 115 A ART. 123 DA LEI Nº 14.133/2021)	97
→ DIREITO ADMINISTRATIVO (DOCTRINA E LEIS FEDERAIS) - ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS (ART. 124 A 136 DA LEI Nº 14.133/2021)	98
→ DIREITO ADMINISTRATIVO (DOCTRINA E LEIS FEDERAIS) - HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 137 A 139 DA LEI Nº 14.133/2021).....	99


→ DIREITO ADMINISTRATIVO (DOCTRINA E LEIS FEDERAIS) - NULIDADE DOS CONTRATOS (ARTS. 147 A 150 DA LEI Nº 14.133/2021).....	100
→ MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS (ARTS. 151 A 154 DA LEI Nº 14.133/2021).....	100
→ INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ARTS. 155 A 163 DA LEI Nº 14.133/2021).....	100
→ IMPUGNAÇÕES, PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E RECURSOS (ARTS. 164 A 168 DA LEI Nº 14.133/2021).....	100
→ DIREITO ADMINISTRATIVO (DOCTRINA E LEIS FEDERAIS) - CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES (ARTS. 169 A 173 DA LEI Nº 14.133/2021).....	101
→ PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - PNCP (ARTS. 174 A 176 DA LEI Nº 14.133/2021).....	101
→ TÓPICOS MESCLADOS DA LEI Nº 14.133/2021.....	101
→ GABARITO 	102

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL.....103

→ DIREITO CONSTITUCIONAL (CF/1988 E DOCTRINA) - CONSTITUIÇÃO: CONCEITO, ESTRUTURA, SUPREMACIA E CLASSIFICAÇÃO	103
→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988).....	103
→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988).....	104
→ DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF/1988).....	105
→ ESPÉCIES DE NACIONALIDADE (BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS).....	105
→ SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE.....	107
→ INELEGIBILIDADES (DIREITOS POLÍTICOS).....	108
→ UNIÃO: BENS E COMPETÊNCIAS EXCLUSIVAS, PRIVATIVAS, COMUNS E CONCORRENTES (ARTS. 20 A 24 DA CF/1988).....	109
→ ESTADOS FEDERADOS - ORGANIZAÇÃO, COMPETÊNCIAS, BENS (ARTS. 25 A 28 DA CF/1988).....	110
→ MUNICÍPIOS - ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS (ARTS. 29 A 31 DA CF/1988).....	110
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ARTS. 37 E 38 DA CF/1988).....	112
→ DOS SERVIDORES PÚBLICOS (ARTS. 39 A 41 DA CF/1988).....	114
→ DOS PRECATÓRIOS (ART. 100 DA CF/1988).....	116
→ DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF (ARTS. 101 A 103 DA CF/1988).....	116
→ DAS SÚMULAS VINCULANTES (ART. 103-A DA CF/1988).....	117
→ DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ (ART. 103-B DA CF/1988).....	117
→ DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ (ARTS. 104 E 105 DA CF/1988).....	117
→ DOS TRIBUNAIS E JUÍZES DOS ESTADOS (ARTS. 125 E 126 DA CF/1988).....	118
→ QUESTÕES MESCLADAS DE PODER JUDICIÁRIO (ARTS. 92 A 126 DA CF/1988).....	119
→ PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS (MINISTÉRIO PÚBLICO).....	119
→ GABARITO 	119


NOÇÕES DE DIREITO CIVIL.....121

→ LEI Nº 12.682/2012 - ARQUIVAMENTO EM MEIOS ELETROMAGNÉTICOS.....	121
→ DA PERSONALIDADE E DA CAPACIDADE (ARTS. 1º A 10).....	121

→ DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE (ARTS. 11 A 21).....	126
→ DISPOSIÇÕES GERAIS - PESSOAS JURÍDICAS (ARTS. 40 A 52).....	128
→ DAS ASSOCIAÇÕES (ARTS. 53 A 61)	128
→ DAS FUNDAÇÕES (ARTS. 62 A 69).....	129
→ CLASSIFICAÇÃO DOS BENS (ARTS. 79 A 97).....	129
→ NEGÓCIO JURÍDICO. CLASSIFICAÇÕES. DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 104 A 114)	131
→ DOS ATOS ILÍCITOS (ARTS. 186 A 188).....	131
→ VIGÊNCIA DAS LEIS (PUBLICAÇÃO, VIGOR, VIGÊNCIA, VACATIO LEGIS, CONTAGEM, CORREÇÕES - ART. 1º DA LINDB).....	132
→ CONTINUIDADE E REVOGAÇÃO DAS LEIS (CONTINUIDADE, DERROGAÇÃO, AB-ROGAÇÃO, REPRISTINAÇÃO - ART. 2º DA LINDB).....	132
→ OBRIGATORIEDADE, APLICAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DAS LEIS (ARTS. 3º A 5º DA LINDB)	133
→ CONFLITOS NO TEMPO (EFEITOS, ATO JURÍDICO PERFEITO, DIREITO ADQUIRIDO, COISA JULGADA - ART. 6º DA LINDB).....	133
→ EFICÁCIA DAS LEIS NO ESPAÇO (NORMAS DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO - ARTS. 7º A 19 DA LINDB)	134
→ SEGURANÇA JURÍDICA E EFICIÊNCIA NA CRIAÇÃO E APLICAÇÃO DO DIREITO PÚBLICO (ARTS. 20 A 30 DA LINDB).....	136
→ GABARITO 	140


NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL143

→ PROCESSO PENAL, SEUS SISTEMAS E PRINCÍPIOS.....	143
→ LEI PROCESSUAL PENAL NO TEMPO, NO ESPAÇO E EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS	143
→ INQUÉRITO POLICIAL (ARTS. 4º A 23 DO CPP)	143
→ DA AÇÃO PENAL (ARTS. 24 A 62 DO CPP)	145
→ JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA - CONCEITOS GERAIS	148
→ TEORIA GERAL DA PROVA PENAL (ARTS. 155 A 157 DO CPP).....	148
→ DO INTERROGATÓRIO DO ACUSADO (ARTS. 185 A 196 DO CPP).....	148
→ DO JUIZ (ARTS. 251 A 256 DO CPP).....	149
→ DO MINISTÉRIO PÚBLICO (ARTS. 257 A 258 DO CPP).....	149
→ DO ACUSADO E SEU DEFENSOR (ARTS. 259 A 267 DO CPP).....	149
→ DOS ASSISTENTES (ARTS. 268 A 273 DO CPP)	149
→ DISPOSIÇÕES GERAIS E PRISÃO ESPECIAL (ARTS. 282 A 300 DO CPP).....	150
→ DA PRISÃO PREVENTIVA (ARTS. 311 A 316 DO CPP)	151
→ DA PRISÃO DOMICILIAR (ARTS. 317 E 318 DO CPP).....	152
→ DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO (ARTS. 319 A 320 DO CPP).....	152
→ DA LIBERDADE PROVISÓRIA, COM OU SEM FIANÇA (ARTS. 321 A 350 DO CPP).....	153
→ QUESTÕES MESCLADAS SOBRE PRISÃO, MEDIDAS CAUTELARES E LIBERDADE PROVISÓRIA (ARTS. 282 A 350 DO CPP)	153
→ FASE POSTULATÓRIA (ARTS. 395 A 397 DO CPP).....	154
→ FASE INSTRUTÓRIA (ARTS. 399 A 405 DO CPP)	154
→ FASE DECISÓRIA E SENTENÇA PENAL (ARTS. 381 A 392 DO CPP)	155

→ PROCEDIMENTO DOS CRIMES DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI (ARTS. 406 A 497 DO CPP)	156
→ NULIDADES PROCESSUAIS PENAIS (ARTS. 563 A 573 DO CPP).....	158
→ RECURSO EM SENTIDO ESTRITO	159
→ DA APELAÇÃO (ARTS. 593 A 603 DO CPP)	159
→ DA REVISÃO CRIMINAL (ARTS. 621 A 631 DO CPP)	160
→ HABEAS CORPUS (ARTS. 647 A 667 DO CPP).....	160
→ GABARITO 	161


NOÇÕES DE DIREITO PENAL 163

→ PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DE DIREITO PENAL.....	163
→ CONFLITOS DE LEIS PENAIS NO TEMPO (ARTS. 1º E 2º DO CP).....	163
→ LUGAR DO CRIME (ART. 6 DO CP).....	163
→ ELEMENTOS DO FATO TÍPICO	163
→ DOLO, CULPA E PRETERDOLO (ARTS. 18 E 19 DO CP).....	164
→ ERRO DE TIPO (ART. 20 DO CP)	164
→ CRIME IMPOSSÍVEL (ART. 17 DO CP).....	165
→ DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA (ART. 15 DO CP).....	165
→ ARREPENDIMENTO EFICAZ (ART. 15 DO CP).....	165
→ CONSUMAÇÃO (ART. 14, INCISO I, DO CP)	165
→ CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A ILICITUDE E SUAS EXCLUDENTES (ART. 23 DO CP).....	166
→ CONCEITOS GERAIS DA CULPABILIDADE.....	166
→ CONCURSO DE PESSOAS (ARTS. 29 A 31 DO CP).....	166
→ PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE: ESPÉCIES, REGIMES E PROGRESSÃO (ARTS. 32 A 42 E 53 DO CP)	167
→ DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS (ARTS. 43 A 48 E 54 A 57 DO CP).....	168
→ DA PENA DE MULTA (ARTS. 49 A 52 E 58 DO CP).....	168
→ DA APLICAÇÃO DA PENA (ARTS. 59 A 68 DO CP).....	168
→ CONCURSO DE CRIMES (ARTS. 69 A 76 DO CP).....	169
→ EFEITOS DA CONDENAÇÃO (ARTS. 91 A 92 DO CP).....	169
→ DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA E DA REABILITAÇÃO (ARTS. 93 A 99 DO CP).....	170
→ DIREITO PENAL - SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA E LIVRAMENTO CONDICIONAL (ARTS. 77 A 90 DO CP).....	170
→ HOMICÍDIO (ART. 121 DO CP).....	171
→ FEMINICÍDIO (ART. 121-A DO CP)	171
→ DO FURTO (ARTS. 155 E 156 DO CP).....	171
→ DO ROUBO E DA EXTORSÃO (ARTS. 157 A 160 DO CP)	172
→ DIREITO PENAL - DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL E DA EXPOSIÇÃO DA INTIMIDADE SEXUAL (ARTS. 213 A 216-B DO CP).....	172
→ MOEDA FALSA (ART. 289 DO CP)	173
→ FUNCIONÁRIO PÚBLICO PARA FINS PENAIS (ART. 327 DO CP).....	173
→ DIREITO PENAL - PECULATO (ART. 312 DO CP).....	173

→ LEI Nº 7.716/1989 - CRIMES DE PRECONCEITO DE RAÇA OU COR	174
→ LEI Nº 8.072/1990 - CRIMES HEDIONDOS.....	174
→ LEI Nº 9.296/1996 - INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA.....	175
→ DA APLICAÇÃO DA PENA (ARTS. 6º A 24 DA LEI Nº 9.605/1998)	175
→ DOS CRIMES CONTRA A FAUNA (ARTS. 29 A 37 DA LEI Nº 9.605/1998)	175
→ DA POLUIÇÃO E OUTROS CRIMES AMBIENTAIS (ARTS. 54 A 61 DA LEI Nº 9.605/1998).....	175
→ DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL (ARTS. 66 A 69-A DA LEI Nº 9.605/1998).....	176
→ LEI Nº 9.613/1998 - LAVAGEM DE DINHEIRO.....	176
→ LEI Nº 9.807/1999 - PROGRAMA DE PROTEÇÃO À TESTEMUNHA.....	176
→ DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º A 4º DA LEI Nº 11.340/2006).....	176
→ DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER (ARTS. 5º A 7º DA LEI Nº 11.340/2006).....	176
→ DA ASSISTÊNCIA À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR (ARTS. 8º A 12-C DA LEI Nº 11.340/2006)	177
→ DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA (ARTS. 18 A 24-A DA LEI Nº 11.340/2006).....	177
→ DA EQUIPE DE ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR (ARTS. 29 A 32 DA LEI Nº 11.340/2006).....	178
→ TÓPICOS MESCLADOS DA LEI Nº 11.340/2006.....	178
→ DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º E 2º DA LEI Nº 11.343/2006)	178
→ DISPOSIÇÕES GERAIS E DOS CRIMES (ARTS. 31 A 47 DA LEI Nº 11.343/2006)	178
→ DO PROCEDIMENTO PENAL E DA APREENSÃO, ARRECADAÇÃO E DESTINAÇÃO DE BENS DO ACUSADO (ARTS. 48 A 64 DA LEI Nº 11.343/2006).....	179
→ LEI Nº 12.850/2013 - CRIME ORGANIZADO (ANTIGA LEI Nº 9.034/1995)	179
→ LEI Nº 14.344/2022 - ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A CRIANÇA E ADOLESCENTE (LEI HENRY BOREL)	180
→ GABARITO 	180

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL..... 183

→ DIREITO PROCESSUAL PENAL - PROCESSO PENAL, SEUS SISTEMAS E PRINCÍPIOS	183
→ LEI PROCESSUAL PENAL NO TEMPO, NO ESPAÇO E EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS	183
→ INQUÉRITO POLICIAL (ARTS. 4º A 23 DO CPP)	183
→ DA AÇÃO PENAL (ARTS. 24 A 62 DO CPP)	185
→ JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA - CONCEITOS GERAIS	187
→ TEORIA GERAL DA PROVA PENAL (ARTS. 155 A 157 DO CPP)	188
→ DO INTERROGATÓRIO DO ACUSADO (ARTS. 185 A 196 DO CPP).....	188
→ DO JUIZ (ARTS. 251 A 256 DO CPP).....	189
→ DO MINISTÉRIO PÚBLICO (ARTS. 257 A 258 DO CPP).....	189
→ DO ACUSADO E SEU DEFENSOR (ARTS. 259 A 267 DO CPP).....	189
→ DOS ASSISTENTES (ARTS. 268 A 273 DO CPP)	189
→ DISPOSIÇÕES GERAIS E PRISÃO ESPECIAL (ARTS. 282 A 300 DO CPP).....	190
→ DA PRISÃO PREVENTIVA (ARTS. 311 A 316 DO CPP)	190
→ DA PRISÃO DOMICILIAR (ARTS. 317 E 318 DO CPP).....	192
→ DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO (ARTS. 319 A 320 DO CPP).....	192
→ DA LIBERDADE PROVISÓRIA, COM OU SEM FIANÇA (ARTS. 321 A 350 DO CPP).....	192

→ QUESTÕES MESCLADAS SOBRE PRISÃO, MEDIDAS CAUTELARES E LIBERDADE PROVISÓRIA (ARTS. 282 A 350 DO CPP)	193
→ FASE POSTULATÓRIA (ARTS. 395 A 397 DO CPP).....	194
→ FASE DECISÓRIA E SENTENÇA PENAL (ARTS. 381 A 392 DO CPP)	195
→ PROCEDIMENTO DOS CRIMES DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI (ARTS. 406 A 497 DO CPP)	195
→ NULIDADES PROCESSUAIS PENAIS (ARTS. 563 A 573 DO CPP).....	198
→ RECURSO EM SENTIDO ESTRITO	198
→ DA APELAÇÃO (ARTS. 593 A 603 DO CPP).....	199
→ DA REVISÃO CRIMINAL (ARTS. 621 A 631 DO CPP)	199
→ HABEAS CORPUS (ARTS. 647 A 667 DO CPP).....	200
→ GABARITO 	200

LÍNGUA PORTUGUESA

→ ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS

1. (FGV – 2025) A palavra abaixo que mostra uma correta grafia é:

- a) duqueza.
- b) frieza.
- c) empreza.
- d) despeza.
- e) princeza.

2. (FGV – 2025) Assinale a palavra a seguir que mostra um erro de ortografia, porque deveria ser grafada com G e não com J.

- a) Jeitoso.
- b) Majestade.
- c) Pájina.
- d) Jiló.
- e) Laje.

3. (FGV – 2025) Entre as frases abaixo, assinale aquela que mostra uma grafia correta no que diz respeito às letras CH ou X.

- a) O crítico é um cocho que ensina a correr.
- b) As frutas eram colocadas num caichote.
- c) Uma boa escrita imita a arte das lavadeiras. Carece de bater na pedra e enchugar o pano.
- d) Atrás de um cachimbo tem sempre um inglês.
- e) Em termos de futebol, era um pechote.

4. (FGV – 2024) Assinale a opção que apresenta as duas palavras que devem ser grafadas com **es** e não com **ex**.

- a) Excremento / expurgo.
- b) Excusar / expontâneo.
- c) Excomungar / expressar.
- d) Extirpar / extorquir.
- e) Exterminar / extremoso.

5. (FGV – 2024) Um cartaz de rua dizia:

Atenção, cidadãos! Tá proibido jogar lixo aqui nesse local público!

Sobre essa frase, assinale a observação incorreta.

- a) “Cidadões” é plural errado de “cidadão”.
- b) “Tá” é forma diminuída de “Está”.
- c) “lixo” é forma errada de grafar “liche”.
- d) “Aqui” pode ser retirado da frase, sem prejuízo.
- e) “público” se refere algo de uso comum a todos.

→ ACENTUAÇÃO

6. (FGV – 2025) A opção em que todas as palavras estão corretamente acentuadas é:

- a) juízo / raíz / Grajaú.
- b) geléia / papéis / espanhóis.
- c) sótão / órfão / fácil.
- d) África / apóstolo / acróbata.
- e) viuvo / aprecio / saúde.

7. (FGV – 2025) Tendo em vista que as palavras a seguir aparecem, propositalmente, sem acento gráfico, assinale o conjunto desses vocábulos que apresenta a mesma classificação quanto à sílaba tônica.

- a) interim / decada / rubrica / alcoolatra
- b) gratuito / decano / prototipo / crisantemo
- c) exodo / alcool / epíteto / maquinaria
- d) novel / sutil / ruim / refem
- e) alibi / aziago / avaro / climax.

8. (FGV – 2024) Assinale a opção em que há uma afirmativa incorreta sobre o emprego de acentos gráficos.

- a) Conservam-se, nas formas abreviadas, os acentos gráficos das palavras originais.
- b) Na palavra porão, o til marca a sílaba tônica.
- c) As palavras cômico e quilômetro têm distintos acentos em Portugal e Brasil.
- d) No segmento “Veio ági l e velozmente”, a forma destacada deve vir com acento.
- e) Os prefixos seguem a mesma regra dos demais vocábulos: ánti, ânfi.

9. (FGV – 2024) Assinale a opção em que as duas palavras nela apresentadas recebem acento gráfico corretamente.

- a) récorde / tórax.
- b) recém / refém.
- c) gratuito / difícil.
- d) saúva / hífans.
- e) Nobél / grácil.

10. (FGV – 2024) Considere os seguintes grupos de palavras:

- 1. científico – exército – revólver
- 2. heroína – ânimo – jornalístico.
- 3. pôr – Paraná – jacaré

Em relação às regras de acentuação gráfica, é correto afirmar que,

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DO PJSC

→ DIREITO ADMINISTRATIVO ESTADUAL E DO DF - DO EXERCÍCIO, DA LOTAÇÃO E DA REMOÇÃO (ARTS. 17 A 41 DA LEI ESTADUAL Nº 6.745/1985)

1. (FGV – 2024) João, servidor público estável, após a inabilitação em estágio probatório em outro cargo, busca retornar ao cargo de origem, em relação ao qual encontra-se em licença não remunerada. Nesse contexto, o agente público procurou a orientação técnica de como deve proceder para alcançar o seu intento.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante e preenchidos os requisitos legais, é correto afirmar que João retornará ao cargo de origem por meio do seguinte instituto jurídico:

- a) aproveitamento, modalidade de provimento originário.
- b) reintegração, modalidade de provimento originário.
- c) reintegração, modalidade de provimento derivado.
- d) recondução, modalidade de provimento derivado.
- e) reversão, modalidade de provimento derivado.

2. (FGV – 2024) No âmbito do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, foi identificado que o órgão X apresentava carência de cargos de provimento efetivo, enquanto o órgão Y tinha cargos de provimento efetivo em quantidade superior à necessária.

Ao constatar esse quadro, a autoridade responsável pela realização de estudos, visando ao redimensionamento das estruturas administrativas, concluiu corretamente, à luz do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina, que é:

- a) admitido o deslocamento motivado de cargo de provimento efetivo, ocupado, ou não, do órgão X para o órgão Y;
- b) vedado o deslocamento administrativo de cargo de provimento efetivo entre os órgãos X e Y, salvo determinação legal;
- c) admitida a redistribuição administrativa de cargo de provimento efetivo, desde que esteja vago, do órgão X para o órgão Y;
- d) possível, a partir de autorização legal, a redistribuição de cargo de provimento efetivo entre os órgãos X e Y, desde que haja aquiescência do eventual ocupante;
- e) permitida a realocação administrativa de caráter orgânico, condicionada à apreciação do órgão central de pessoal, desde que o cargo esteja vago ou haja aquiescência do ocupante.

3. (FGV – 2024) João, servidor ocupante de cargo de provimento efetivo no estado de Santa Catarina, foi denunciado, pelo Ministério Público, pela prática de crime funcional.

Assim que tomou conhecimento do caso, ocasião em que a denúncia já tinha sido recebida pelo juízo competente, o superior hierárquico de João concluiu corretamente, à luz do Estatuto dos Servidores Públicos Civis, que João:

- a) ficará afastado do exercício regular de suas funções, por determinação estatutária, até decisão final transitada em julgado;
- b) poderá ser afastado do exercício regular de suas funções, considerando o juízo de valor do seu superior hierárquico, até a decisão final transitada em julgado;
- c) será afastado do exercício regular de suas funções caso sobrevenha sentença condenatória recorrível, o que permanecerá inalterado até o trânsito em julgado;
- d) passará a integrar quadro especial, exercendo funções específicas, considerando a natureza da infração penal que lhe é imputada, até decisão final transitada em julgado;
- e) permanecerá no exercício regular de suas funções, em razão do princípio da presunção de inocência, até que sobrevenha eventual sentença condenatória transitada em julgado.

4. (FGV – 2024) Maria, servidora ocupante de cargo em comissão no âmbito do estado de Santa Catarina, em razão do reajuste do aluguel do imóvel em que residia, faltou a dois dias consecutivos de trabalho para promover a sua mudança para imóvel diverso.

Ao consultar o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina em relação às consequências dessas faltas, Maria concluiu corretamente que:

- a) não pode justificar a falta para qualquer efeito;
- b) deve apenas justificar a falta, colocando-se à disposição para compensar as horas de trabalho em outros dias;
- c) tem o direito subjetivo a até dez abonos anuais, em razão de faltas para tratar de assuntos de interesse particular;
- d) somente pode justificar a falta caso tenha comunicado previamente o seu superior hierárquico da ausência;
- e) pode ter a falta abonada, o que não configura direito subjetivo, mas faculdade do seu superior hierárquico.

5. (FGV – 2018) Presidente do Tribunal de Justiça determinou de ofício a remoção de Maria, ocupante estável do cargo efetivo de Técnico Judiciário, da Vara Criminal da Capital, para Vara Cível de comarca do interior do Estado. O ato foi motivado em recente estudo sobre o volume de trabalho em todos os órgãos judiciais, que demonstrou sobrecarga de trabalho na citada Vara Cível. Inconformada, Maria impetrou mandado de segurança, alegando que possui um filho de 8 anos matriculado em escola da capital.

O pleito de Maria:

- a) merece prosperar, pois a remoção é ato administrativo vinculado e prescinde de prévia concordância do servidor, podendo o Judiciário analisar seu mérito;
- b) merece prosperar, pois a remoção, apesar de ser ato administrativo discricionário, não pode causar prejuízos ao servidor, podendo o Judiciário analisar seu mérito;

ÉTICA E GESTÃO NO SERVIÇO PÚBLICO

→ ORGANIZAÇÃO (INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO)

1. (FGV – 2026) Em uma empresa de serviços, uma consultoria realizou um diagnóstico organizacional que destacou dois elementos. De um lado, observou-se que as pessoas formavam redes de convivência, grupos de afinidade e modos próprios de interação. De outro, identificou-se a necessidade de definir estruturas formais, responsabilidades e fluxos de trabalho para orientar as atividades.

Considerando esses dois enfoques, é correto afirmar que

- a) a organização informal emerge só quando a estrutura formal apresenta limitações.
- b) a função de organizar concentra-se na definição de estruturas e processos formais.
- c) a existência de regras formais suprime a influência das relações informais no trabalho.
- d) a presença de grupos informais veda a implementação de procedimentos padronizados.
- e) a organização, como unidade social, integra relações estruturadas e interações espontâneas.

→ INTRODUÇÃO AO COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL (DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS)

2. (FGV – 2025) O comportamento organizacional é o campo de estudo voltado à compreensão do comportamento humano nos contextos organizacionais, bem como à interação entre os indivíduos e a própria estrutura da organização. Por envolver múltiplas variáveis e relações complexas, esse campo oferece tanto desafios quanto oportunidades para a atuação dos gestores, especialmente no que se refere à eficácia individual e coletiva.

A partir dessa definição, o comportamento organizacional

- a) abstrai os fatores externos que influenciam o desempenho humano.
- b) considera as pessoas como variáveis isoladas no ambiente de trabalho.
- c) busca compreender o comportamento humano em contextos organizacionais.
- d) trata meramente de normas e rotinas administrativas internas à organização.
- e) concentra-se estritamente nos efeitos da estrutura sobre os resultados individuais.

→ CLIMA ORGANIZACIONAL

3. (FGV – 2026) Com relação a teoria contingencial, o clima organizacional se caracteriza pela qualidade do ambiente organizacional, influenciando o comportamento de seus participantes. Acerca desse assunto, assinale a opção que indica uma das dimensões que compõem o clima organizacional.

- a) Instrumentalidade.
- b) Responsabilidade.
- c) Previsibilidade.
- d) Adaptabilidade.
- e) Flexibilidade.

4. (FGV – 2026) Dentre as principais características da cultura organizacional, as que se relacionam quanto a identidade do espaço físico e a conduta em relações aos clientes e fornecedores é conhecida como

- a) clima organizacional.
- b) valores dominantes.
- c) filosofia.
- d) normas.
- e) regras.

5. (FGV – 2024) O conceito de artefato representa

- a) um elemento do clima organizacional.
- b) uma dimensão objetiva da cultura organizacional.
- c) atributos dos pressupostos básicos de uma organização.
- d) as verdades inquestionáveis dos valores compartilhados por uma organização.
- e) uma camada profunda na identidade organizacional.

→ MOTIVAÇÃO

6. (FGV – 2026) Considere uma situação hipotética em que um grupo de indivíduos em extrema vulnerabilidade social não tem qualquer necessidade básica atendida. Diante desse contexto, uma organização não governamental (ONG) decide implementar ações voltadas à motivação desse grupo, tomando como referência a teoria da hierarquia das necessidades humanas.

De acordo com essa teoria, a necessidade que deveria ser priorizada para promover a motivação desses indivíduos é (são) a(s) necessidade(s)

- a) de autorrealização.
- b) de segurança.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA E PROTEÇÃO DE DADOS

→ DIREITO DIGITAL - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º A 6º DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD)

1. (FGV – 2026) Uma universidade pública foi solicitada a enviar dados estatísticos sobre o desempenho acadêmico dos seus alunos para um instituto de pesquisa. Contudo, precisa garantir que não exista nesses dados nenhuma informação sensível, de forma que seja removida a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo.

Para atender aos requisitos da LGPD e proteger a privacidade dos estudantes, a universidade deverá:

- a) criptografar os dados antes da publicação;
- b) solicitar autorização individual de cada aluno para divulgar os dados;
- c) publicar os dados em formato desconhecido para dificultar a extração;
- d) excluir os dados de desempenho e publicar apenas dados demográficos;
- e) anonimizar os dados, removendo ou mascarando identificadores pessoais.

2. (FGV – 2025) A sociedade empresária Alfa, que controlava diversos meios de comunicação pessoal, tencionava armazenar, classificar e processar dados pessoais que se encontravam em seu poder, isto com finalidades exclusivamente jornalísticas.

À luz da Lei Geral de Proteção de Dados, é correto afirmar que

- a) as ações que Alfa almeja desenvolver exigem a obtenção de prévia autorização judicial.
- b) o tratamento de dados pessoais para os fins indicados não está sujeito à disciplina do referido diploma normativo.
- c) as ações a serem desenvolvidas por Alfa não configuram tratamento da informação, logo, não há óbice a que as realize.
- d) apesar de Alfa estar autorizada a armazenar e a classificar os dados, somente pode processá-los se houver prévia autorização dos respectivos titulares.
- e) somente os dados pessoais sensíveis estão sujeitos a restrições de tratamento, não os dados pessoais, logo, Alfa pode desenvolver as ações que almeja.

3. (FGV – 2025) A Lei nº 13.709/2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), estabelece diretrizes para o tratamento de dados pessoais, abrangendo tanto ambientes físicos quanto digitais. Aplicável a indivíduos e empresas, sejam elas públicas ou privadas, a legislação visa assegurar a privacidade,

a segurança e o controle das informações pessoais, reforçando os direitos fundamentais à liberdade e ao livre desenvolvimento da personalidade.

Com base nos princípios e fundamentos da LGPD, avalie se representam fundamentos da LGPD.

- I. Autodeterminação informativa
- II. Respeito à privacidade
- III. Direito ao anonimato de expressão

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I, II, apenas.
- d) II, III, apenas.
- e) I, II, III.

4. (FGV – 2025) A LGPD estabelece em seu texto, com definição detalhada, os diferentes atores envolvidos no processo de tratamento de dados, abrangendo atividades como produção, armazenamento, eliminação e controle, entre outras.

Com base nessas definições, assinale a opção correta.

- a) Controlador é a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.
- b) Tutelado é a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do responsável.
- c) Operador é a pessoa natural ou jurídica a quem se referem os dados pessoais sensíveis que são objeto de tratamento autorizado.
- d) Encarregado é o órgão da Administração Pública incumbido por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional.
- e) Autoridade nacional é a pessoa indicada pelo Poder Executivo Federal como canal de comunicação entre os atores do processo de tratamento de dados.

5. (FGV – 2025) Um município brasileiro desenvolveu uma plataforma digital com o objetivo de facilitar o acesso da população a serviços e benefícios públicos, como o agendamento de atendimentos, a solicitação de documentos e o acompanhamento de programas sociais. Para utilizar o sistema, os cidadãos devem criar uma conta informando dados como nome completo, CPF, endereço, informações de contato, origem étnica, situação socioeconômica e dados familiares.

DIREITOS HUMANOS E ACESSO À JUSTIÇA

→ DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º A 6º DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA)

1. (FGV – 2026) De acordo com o ECA, o princípio da proteção integral implica que crianças e adolescentes:

- são sujeitos de direitos integrais e inalienáveis, mas dependem da atuação da família para efetivá-los;
- devem ter garantida a convivência com a mãe ou com o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas mediante autorização judicial;
- têm prioridade absoluta no que diz respeito às políticas públicas estatais universalistas quando nascidas em território nacional;
- são considerados pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, e a garantia de seus direitos é dever da família, da sociedade e do Estado;
- serão respeitados em sua identidade social e cultural, em seus costumes e tradições, bem como suas instituições, desde que estes não sejam incompatíveis com os direitos já reconhecidos.

2. (FGV – 2025) O estabelecimento de direitos específicos para a proteção de crianças e adolescentes no Brasil dependeu do desdobramento de um longo processo histórico.

Esses direitos passaram a ser estabelecidos, oficialmente,

- na Primeira República.
- a partir de 1888.
- no Estado Novo.
- a partir de 1922.
- na Constituição de 1988.

3. (FGV – 2025) O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece uma série de direitos e, também, as instâncias responsáveis por assegurá-los. As opções abaixo apresentam essas instâncias, à exceção de uma. Assinale-a.

- As ONGs.
- A família.
- A comunidade.
- O Poder Público.
- A sociedade em geral.

4. (FGV – 2025) Leia o trecho a seguir.

A proteção integral tem como fundamento a concepção de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, frente à família, à sociedade e ao Estado. Rompe com a ideia de que

sejam simples objetos de intervenção no mundo adulto, colocando-os como titulares de direitos comuns a toda e qualquer pessoa, bem como de direitos especiais decorrentes da condição peculiar de pessoas em processo de desenvolvimento.

CURY, M.; PAULA, P. A. G.; MARÇURA, Jurandir Norberto. Estatuto da criança e do adolescente anotado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

O trecho acima versa sobre as crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos. Segundo a visão apresentada, a proteção integral tem, como finalidade, a

- formação do indivíduo útil ao Estado desde o início de seu desenvolvimento.
- manutenção dos valores e direitos da família ao longo da vida do indivíduo.
- produção do cidadão dócil e capaz de agir conforme a ordenação legal.
- dedicação ao respeito a cada criança e adolescente enquanto indivíduo e humano.
- criação de pessoas capazes de servir à sociedade acima da própria individualidade.

5. (FGV – 2025) O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) estabelece uma garantia de prioridade na efetivação de direitos das pessoas de até doze anos completos.

As opções a seguir indicam corretamente aspectos dessa garantia de prioridade, à exceção de uma. Assinale-a.

- Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.
- Garantia de participação obrigatória das crianças em decisões legislativas que as envolvam.
- Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.
- Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.
- Primazia de recebimento de proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.

6. (FGV – 2024) O Estatuto da Criança e do Adolescente é a lei especial em vigor.

De acordo com as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, avalie as afirmativas a seguir.

I. Os direitos do ECA se aplicam a todas as crianças e adolescentes sem discriminação de nascimento, situação familiar, sexo, raça, etnia ou cor, condição econômica, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem.

II. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, ao lazer, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

→ ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO

1. (FGV – 2024) A concessão de licença para dirigir veículos automotores caracteriza-se como

- a) ato administrativo unilateral e discricionário.
- b) ato administrativo unilateral e vinculado.
- c) ato administrativo bilateral e discricionário.
- d) ato administrativo bilateral e vinculado.
- e) ato administrativo composto e discricionário.

2. (FGV – 2024) Ao estudar as espécies de atos administrativos, Mariana deparou-se com a delimitação dos atos enunciativos, vindo a concluir corretamente que pode ser citado(a) como exemplo de tais atos:

- a) o deferimento de uma licença;
- b) o embargo de uma obra;
- c) a emissão de uma certidão;
- d) a publicação de um decreto;
- e) a edição de uma portaria.

→ PODER REGULAMENTAR

3. (FGV – 2025) No estudo da atividade regulatória, o delineamento das agências reguladoras e suas peculiaridades tem grande relevância, merecendo especial destaque a matéria atinente ao poder normativo a elas atribuído. Acerca do tema, à luz da orientação dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:

- a) o conteúdo das normas editadas pelas agências reguladoras é sindicável no âmbito do controle judicial, não sendo cabível que o judiciário guarde deferência em relação às soluções determinadas no exercício do poder normativo por tais entidades;
- b) o poder normativo das agências reguladoras lhes atribui função legiferante, de modo que há espaço para suplantar a lei regulamentadora na criação de direitos e obrigações, mesmo que suas determinações contrariem regras previstas na lei em sentido formal;
- c) a inovação no ordenamento jurídico por meio do exercício do poder normativo das agências reguladoras é vedada em quaisquer circunstâncias, ainda que de ordem técnica no respectivo setor regulado e atendidas as balizas estabelecidas na respectiva lei instituidora;
- d) a moderna concepção do princípio da legalidade chancela a atribuição de poderes normativos às agências reguladoras, desde que pautada por princípios inteligíveis capazes de permitir o controle legislativo e judicial sobre os atos da administração;

- e) os atos normativos das agências reguladoras são considerados regulamentos autônomos, na medida em que buscam o seu fundamento de validade diretamente na Constituição, independentemente de previsão legal que confira à entidade administrativa tal atribuição.

4. (FGV – 2024) Imagine que Constância foi instada a analisar dois Decretos: um que inova no ordenamento jurídico, sem a prévia edição de lei, e outro editado para a fiel execução de lei anteriormente editada.

Nesse contexto, considerando a classificação de tais normas na seara do poder regulamentar, é correto afirmar que

- a) o primeiro é considerado um Decreto executivo, sendo a regra consagrada em nossa Constituição.
- b) ambos são considerados Decretos executivos, considerando a vedação constitucional para a edição de Decretos autônomos.
- c) nenhum deles pode ser considerado um Decreto autônomo, que não é mais admitido pela ordem constitucional.
- d) ambos são considerados Decretos autônomos, pois têm a sua viabilidade consagrada na Constituição.
- e) o primeiro é considerado um Decreto autônomo, que deve buscar o seu fundamento de validade diretamente na Constituição.

→ PODER HIERÁRQUICO

5. (FGV – 2024) Ao aprofundar os seus estudos acerca do direito administrativo, Carlota observou que existem diversas manifestações do poder hierárquico, entre as quais é correto apontar

- a) a avocação temporária de competência.
- b) o embargo de obra que esteja em desacordo com o ordenamento.
- c) o deferimento de uma licença profissional.
- d) a aplicação de multa à concessionária de serviço público.
- e) o recurso administrativo dirigido para a autoridade competente da Administração Direta contra decisão de autarquia.

6. (FGV – 2024) A estrutura hierarquizada para o exercício da função administrativa importa no reconhecimento de prerrogativas decorrentes do chamado Poder Hierárquico.

Um exemplo de exercício de tal poder é

- a) a edição de um Decreto pelo Prefeito.
- b) a aplicação de uma multa trânsito.
- c) o deferimento de uma autorização para uso de bem público.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

→ DIREITO CONSTITUCIONAL (CF/1988 E DOCTRINA) - CONSTITUIÇÃO: CONCEITO, ESTRUTURA, SUPREMACIA E CLASSIFICAÇÃO

1. (FGV – 2025) Após a transição pacífica de um regime ditatorial para outro de viés democrático, a aristocracia que exercia o poder provisoriamente organizou as eleições da Assembleia Constituinte, o que foi efetivamente feito, e submeteu aos constituintes uma minuta de texto constitucional com o objetivo de nortear os respectivos trabalhos. Esse texto, que buscou assegurar a coexistência dos distintos valores e ideologias existentes no ambiente sociopolítico e moldar o processo político de modo a assegurar a constante renovação do poder, foi aprovado e a nova Constituição entrou em vigor, obtendo grande aceitação e alcançando níveis elevados de efetividade.

Essa Constituição pode ser classificada como

- a) cesarista e analítica.
- b) outorgada e flexível.
- c) dogmática e nominal.
- d) promulgada e semântica.
- e) compromissória e normativa.

2. (FGV – 2025) Após uma longa guerra civil no País Sigma, as forças revolucionárias lograram depor o governo constituído e outorgaram uma Constituição. Essa nova ordem constitucional tinha duas características bem definidas: em primeiro lugar, buscou sedimentar a ideologia das forças revolucionárias, negando legitimidade e licitude a qualquer outra que despontasse no ambiente sociopolítico; em segundo lugar, buscou assegurar a continuidade do poder da pequena aristocracia que conduziu o processo revolucionário, legitimando todos os seus atos.

É correto afirmar que a Constituição do País Sigma pode ser classificada como

- a) dirigente e nominal.
- b) balanceada e rígida.
- c) eclética e outorgada.
- d) ortodoxa e semântica.
- e) inorgânica e normativa.

3. (FGV – 2024) Após um processo revolucionário francamente apoiado pela população do país Alfa, um grupo extremista logrou êxito em dominar as estruturas estatais de poder. Esse grupo editou uma Constituição, cujo fim único e exclusivo era o de legitimar o seu poder de mando e perpetuá-lo, de modo que não houvesse pluralismo político ou renovação.

A Constituição do país Alfa deve ser classificada como:

- a) nominal;
- b) normativa;

- c) semântica;
- d) promulgada;
- e) compromissória.

4. (FGV – 2024) Após a adoção de uma série de medidas de caráter populista, que aumentaram sobremaneira a popularidade do governante do País Alfa, foi aprovada emenda constitucional com o objetivo de assegurar a sua continuidade do poder. Esta medida foi obtida a partir da introdução da eleição indireta e da previsão de que os integrantes do respectivo colegiado emanariam de estruturas cujos membros eram de livre nomeação pelo governante. Além disso, o pluralismo político foi restringido, de modo que o sistema passou a contar com apenas dois partidos políticos, e ainda foram esvaziados os mecanismos de controle a cargo dos Poderes Legislativo e Judiciário.

A partir da referida emenda constitucional, a Constituição do País Alfa pode ser classificada como

- a) eclética.
- b) nominal.
- c) semântica.
- d) balanceada.
- e) compromissória.

→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988)

5. (FGV – 2024) Joana, estudante de Direito Constitucional, questionou seu professor em relação à correlação dos elementos estruturais do conceito de cidadania plena, à sua atribuição à pessoa humana e à forma de fruição.

Considerando os distintos aspectos afetos ao referido conceito, o professor respondeu, corretamente, que

- a) seus aspectos estruturais se resumem ao direito de participação política efetivado de modo crítico, com pleno reconhecimento da realidade circundante.
- b) a atribuição e a correlata fruição de seus distintos aspectos pressupõem o alistamento eleitoral perante a estrutura estatal de poder competente.
- c) abrange o reconhecimento de uma esfera jurídica individual imune à intervenção estatal e à fruição de direitos prestacionais.
- d) somente está ao alcance dos brasileiros natos, não dos estrangeiros, salvo se residentes no território brasileiro há mais de dez anos.

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL

→ LEI Nº 12.682/2012 - ARQUIVAMENTO EM MEIOS ELETROMAGNÉTICOS

1. (FGV – 2025) Para garantir a preservação da integridade, da autenticidade e da confidencialidade de documentos públicos armazenados em meio eletrônico, óptico ou equivalente, deve ser atendido o disposto na Lei nº 12.682/2012.

Para isso, a referida lei determina que deve ser usada a certificação digital no padrão do(a):

- a) GED;
- b) SIGAD;
- c) Conarq;
- d) ICP-Brasil;
- e) Arquivo Nacional.

2. (FGV – 2025) Foi elaborado um decreto que estabelece a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais.

O decreto se aplica a documentos:

- a) audiovisuais;
- b) nato-digitais;
- c) em microfilme;
- d) de identificação;
- e) físicos digitalizados.

→ DA PERSONALIDADE E DA CAPACIDADE (ARTS. 1º A 10)

3. (FGV – 2026) A respeito do início e da extinção da personalidade civil das pessoas naturais e jurídicas, à luz do Código Civil e da doutrina majoritária, assinale a opção correta.

- a) A personalidade civil da pessoa natural tem início com a concepção, momento a partir do qual o nascituro adquire plena capacidade civil, podendo exercer direitos patrimoniais e pessoais.
- b) A existência legal da pessoa jurídica começa com a assinatura do ato constitutivo pelos sócios fundadores, independentemente de seu registro, desde que haja início efetivo da atividade econômica.
- c) A extinção da pessoa jurídica somente se aperfeiçoa com o encerramento total de suas atividades, sendo o cancelamento do registro público ato meramente declaratório, que não possui efeitos jurídicos relevantes.

- d) A personalidade civil da pessoa natural extingue-se com a morte, mas os efeitos patrimoniais e existenciais de sua personalidade podem, em hipóteses expressas em lei, projetar-se após o óbito, como ocorre com os direitos da personalidade e com a proteção à memória e imagem do falecido.
- e) A dissolução da pessoa jurídica, ainda que regularmente registrada no órgão competente, não extingue sua personalidade enquanto houver obrigações pendentes, sendo possível a prática de atos jurídicos em nome da sociedade dissolvida para fins de cumprimento de responsabilidades residuais, inclusive tributárias.

4. (FGV – 2026) Sob a luz da Lei 10.406/2002 (Código civil) considere as afirmativas a seguir:

- I. São absolutamente incapazes de exercer, pessoalmente, os atos da vida civil os menores de 16 (dezesesseis) anos.
- II. São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- III. Cessará, para os menores, a incapacidade pelo casamento.

É correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

5. (FGV – 2026) Lara, com 16 anos e 4 meses, foi emancipada por instrumento público, por concessão dos pais. Mesmo após a emancipação, continuou residindo com os pais e iniciou atividade profissional como designer. Sem assistência dos genitores, celebrou contrato de financiamento com alienação fiduciária para adquirir um notebook profissional e requereu abertura de conta-corrente em banco digital para receber pagamentos de clientes. O banco, ao analisar a documentação, condicionou a abertura da conta à participação dos pais, como assistentes, na assinatura do contrato, em razão da idade e da suposta incapacidade civil de Lara.

Após a análise da situação hipotética e com base nas normas do Código Civil, é correto afirmar que:

- a) a exigência do banco é indevida, pois a emancipação regularmente outorgada confere a Lara capacidade plena para todos os atos da vida civil, inclusive contratar financiamento e abrir conta bancária sem assistência;
- b) a exigência do banco é correta, porque o emancipado até os 18 anos é relativamente incapaz, motivo pelo qual os negócios jurídicos celebrados sem assistência dos pais são anuláveis;

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

→ PROCESSO PENAL, SEUS SISTEMAS E PRINCÍPIOS

1. (FGV – 2024) Acerca dos princípios reitores do processo penal, assinale a afirmativa correta.

- a) Como corolário do princípio da ampla defesa, é direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso a todos elementos de prova, já documentados ou não, no procedimento investigatório conduzido pela polícia judiciária.
- b) O princípio do juiz natural inviabiliza que a pena cumprida no estrangeiro exclua ou reduza a pena a ser cumprida no Brasil, ainda que se trate do mesmo fato criminoso.
- c) Embora não seja absoluto, o princípio da identidade física consiste no mandamento de que o juiz que presidiu a instrução deverá, a princípio, proferir a sentença.
- d) Como decorrência do princípio do contraditório, pode-se afirmar que tanto a falta de defesa quanto sua deficiência ensejam a nulidade absoluta do processo, independentemente da prova de prejuízo para o réu.
- e) Embora vigente o princípio de que ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo, o exercício do direito de permanecer em silêncio não impede que o juiz considere esta circunstância em prejuízo do réu na sentença.

2. (FGV – 2024) A diretriz segundo a qual ninguém pode ser punido criminalmente antes do trânsito em julgado da decisão condenatória retrata

- a) o princípio da ampla defesa.
- b) o princípio do contraditório.
- c) o princípio da presunção de inocência.
- d) o princípio da paridade de armas.
- e) o princípio da inafastabilidade.

3. (FGV – 2024) Acerca dos princípios gerais e constitucionais do processo penal, avalie as afirmativas a seguir:

I. O princípio do duplo grau de jurisdição permite a revisão irrestrita do mérito de qualquer decisão judicial condenatória, independentemente do órgão prolator.

II. O princípio da ampla defesa tem como corolário a indisponibilidade da defesa técnica no processo penal, ainda que o réu eventualmente deseje abdicar dessa prerrogativa.

III. O princípio da publicidade impõe que todos os julgamentos do Poder Judiciário serão públicos, não sendo admissível qualquer limitação legal ao direito coletivo de informação.

Está correto apenas o que se afirma em

- a) I.
- b) II.
- c) I e II.

d) I e III.

e) II e III.

→ LEI PROCESSUAL PENAL NO TEMPO, NO ESPAÇO E EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS

4. (FGV – 2024) Sobre a aplicação da lei processual no tempo e no espaço, é correto afirmar que

- a) a legislação processual penal brasileira é aplicável aos cidadãos brasileiros domiciliados no exterior, independentemente de tratado ou convenção.
- b) a lei processual penal é aplicável somente aos fatos posteriores ao início de sua vigência, não podendo ser empregada nas ações judiciais em curso.
- c) a lei processual penal é aplicável aos fatos ocorridos no território brasileiro, ressalvados os tratados, as convenções e regras de direito internacional.
- d) a lei processual penal é aplicável retroativamente, invalidando os atos praticados anteriormente, desde que contrários ao interesse da defesa.
- e) a lei processual penal é aplicável retroativamente quanto às provas que possam ser utilizadas como fundamento da sentença.

→ INQUÉRITO POLICIAL (ARTS. 4º A 23 DO CPP)

5. (FGV – 2026) Se necessário à prevenção e à repressão dos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, o membro do Ministério Público ou o delegado de polícia poderão requisitar, mediante autorização judicial, às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações e/ou telemática que disponibilizem imediatamente os meios técnicos adequados – como sinais, informações e outros – que permitam a localização da vítima ou dos suspeitos do delito em curso.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições do Código de Processo Penal, analise as afirmativas a seguir:

I. O inquérito policial deverá ser instaurado no prazo máximo de quarenta e oito horas, contado do registro da respectiva ocorrência policial.

II. Não havendo manifestação judicial no prazo de doze horas, a autoridade competente requisitará às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações e/ou telemática que disponibilizem imediatamente os meios técnicos adequados – como sinais, informações e outros – que permitam a localização da vítima ou dos suspeitos do delito em curso, com imediata comunicação ao juiz.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

→ PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DE DIREITO PENAL

1. (FGV – 2025) Sobre a criminalização de condutas e a correlação com a teoria do bem jurídico, bem como com os demais princípios aplicáveis, é correto afirmar que:

- a) o princípio da proteção penal do bem jurídico está materialmente implícito na Constituição da República, a partir da garantia da inafastabilidade da jurisdição;
- b) o crime de redução à condição análoga à de escravo pressupõe uma restrição da liberdade ou alguma forma coativa de ação, pois, se houver consentimento do trabalhador com as condições degradantes, pelo princípio volenti non fit iniuria, afasta-se a ilicitude do fato;
- c) o paternalismo é rechaçado pelo direito penal brasileiro, firme na concepção de um direito penal fragmentário e consentâneo com liberdades individuais, impedindo-se o Estado de intervir na vontade de pessoas maiores e capazes;
- d) apenas é legítima a punição da instigação e do auxílio quando houver uma conduta típica praticada pelo executor da ação; sem isso, não se consideram ofendidos bens jurídicos relevantes;
- e) o Supremo Tribunal Federal, ao declarar a inconstitucionalidade da contravenção penal de vadiagem, se fundamentou na violação do princípio constitucional da culpabilidade, pois esse delito se baseia em uma ideia de direito penal do autor.

→ CONFLITOS DE LEIS PENAIS NO TEMPO (ARTS. 1º E 2º DO CP)

2. (FGV – 2024) No que diz respeito aos fundamentos do Direito Penal, analise as afirmações a seguir.

- I. Não há medida de segurança sem prévia cominação legal.
 - II. Ao crime cometido no território nacional sempre será aplicável, em caráter exclusivo, a lei brasileira.
 - III. A abolitio criminis pode ser instituída por medida provisória.
- Está correto o que se afirma em
- a) I, II e III.
 - b) II e III, apenas.
 - c) I e II, apenas.
 - d) I, apenas.
 - e) I e III, apenas.

→ LUGAR DO CRIME (ART. 6 DO CP)

3. (FGV – 2026) Júlio, brasileiro, embarca em um avião privado de matrícula brasileira, que faz o percurso entre Montevideu (Uruguai) e Teresina (Piauí). Durante o voo, enquanto a aeronave sobrevoava o Oceano Atlântico (águas internacionais), Júlio, com intenção de matar, ministrou um veneno de ação lenta em uma bebida oferecida ao seu desafeto, o estrangeiro Juan. A vítima começou a passar mal logo após a ingestão, mas a morte somente foi confirmada e atestada após o pouso no Aeroporto Senador Petrônio Portella, em Teresina, capital do Piauí.

Diante de tal situação hipotética, assinale a opção correta.

- a) A lei penal brasileira será aplicável por força do princípio da ubiquidade, correspondendo o local do crime ao lugar onde se produziu o resultado.
- b) A lei penal brasileira não é aplicável, pois incide o princípio da extraterritorialidade condicionada, o que exigiria requisição do Ministro da Justiça.
- c) A lei penal brasileira é aplicável, por força do princípio da extraterritorialidade incondicionada, pois se trata de crime praticado contra a vida de estrangeiro e o agente é brasileiro.
- d) A lei penal brasileira não é aplicável, pois o princípio que rege o local do crime é o da atividade, sendo aplicável a lei penal do país da bandeira da aeronave.
- e) A lei penal brasileira é aplicável a aeronaves privadas que pousam no Brasil, sendo consideradas extensão do território nacional.

→ ELEMENTOS DO FATO TÍPICO

4. (FGV – 2024) Diana, mãe da jovem Efigênia, de 18 anos de idade, ganha da filha, como presente de aniversário, um automóvel zero km, com pleno conhecimento de que o dinheiro utilizado na compra do veículo foi obtido pela filha com seu trabalho como prostituta.

Diante do caso narrado, Diana:

- a) não cometeu crime;
- b) cometeu o crime de rufianismo;
- c) cometeu o crime de receptação;
- d) cometeu o crime de favorecimento da prostituição;
- e) cometeu o crime de lavagem de capitais, juntamente com Efigênia.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

→ DIREITO PROCESSUAL PENAL - PROCESSO PENAL, SEUS SISTEMAS E PRINCÍPIOS

1. (FGV – 2024) Acerca dos princípios reitores do processo penal, assinale a afirmativa correta.

- a) Como corolário do princípio da ampla defesa, é direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso a todos elementos de prova, já documentados ou não, no procedimento investigatório conduzido pela polícia judiciária.
- b) O princípio do juiz natural inviabiliza que a pena cumprida no estrangeiro exclua ou reduza a pena a ser cumprida no Brasil, ainda que se trate do mesmo fato criminoso.
- c) Embora não seja absoluto, o princípio da identidade física consiste no mandamento de que o juiz que presidiu a instrução deverá, a princípio, proferir a sentença.
- d) Como decorrência do princípio do contraditório, pode-se afirmar que tanto a falta de defesa quanto sua deficiência ensejam a nulidade absoluta do processo, independentemente da prova de prejuízo para o réu.
- e) Embora vigente o princípio de que ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo, o exercício do direito de permanecer em silêncio não impede que o juiz considere esta circunstância em prejuízo do réu na sentença.

2. (FGV – 2024) A diretriz segundo a qual ninguém pode ser punido criminalmente antes do trânsito em julgado da decisão condenatória retrata

- a) o princípio da ampla defesa.
- b) o princípio do contraditório.
- c) o princípio da presunção de inocência.
- d) o princípio da paridade de armas.
- e) o princípio da inafastabilidade.

3. (FGV – 2024) Acerca dos princípios gerais e constitucionais do processo penal, avalie as afirmativas a seguir:

I. O princípio do duplo grau de jurisdição permite a revisão irrestrita do mérito de qualquer decisão judicial condenatória, independentemente do órgão prolator.

II. O princípio da ampla defesa tem como corolário a indisponibilidade da defesa técnica no processo penal, ainda que o réu eventualmente deseje abdicar dessa prerrogativa.

III. O princípio da publicidade impõe que todos os julgamentos do Poder Judiciário serão públicos, não sendo admissível qualquer limitação legal ao direito coletivo de informação.

Está correto apenas o que se afirma em

- a) I.
- b) II.

- c) I e II.
- d) I e III.
- e) II e III.

→ LEI PROCESSUAL PENAL NO TEMPO, NO ESPAÇO E EM RELAÇÃO ÀS PESSOAS

4. (FGV – 2024) Sobre a aplicação da lei processual no tempo e no espaço, é correto afirmar que

- a) a legislação processual penal brasileira é aplicável aos cidadãos brasileiros domiciliados no exterior, independentemente de tratado ou convenção.
- b) a lei processual penal é aplicável somente aos fatos posteriores ao início de sua vigência, não podendo ser empregada nas ações judiciais em curso.
- c) a lei processual penal é aplicável aos fatos ocorridos no território brasileiro, ressalvados os tratados, as convenções e regras de direito internacional.
- d) a lei processual penal é aplicável retroativamente, invalidando os atos praticados anteriormente, desde que contrários ao interesse da defesa.
- e) a lei processual penal é aplicável retroativamente quanto às provas que possam ser utilizadas como fundamento da sentença.

→ INQUÉRITO POLICIAL (ARTS. 4º A 23 DO CPP)

5. (FGV – 2026) Se necessário à prevenção e à repressão dos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, o membro do Ministério Público ou o delegado de polícia poderão requisitar, mediante autorização judicial, às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações e/ou telemática que disponibilizem imediatamente os meios técnicos adequados – como sinais, informações e outros – que permitam a localização da vítima ou dos suspeitos do delito em curso.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições do Código de Processo Penal, analise as afirmativas a seguir:

I. O inquérito policial deverá ser instaurado no prazo máximo de quarenta e oito horas, contado do registro da respectiva ocorrência policial.

II. Não havendo manifestação judicial no prazo de doze horas, a autoridade competente requisitará às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações e/ou telemática que disponibilizem imediatamente os meios técnicos adequados – como sinais, informações e outros – que permitam a localização da vítima ou dos suspeitos do delito em curso, com imediata comunicação ao juiz.

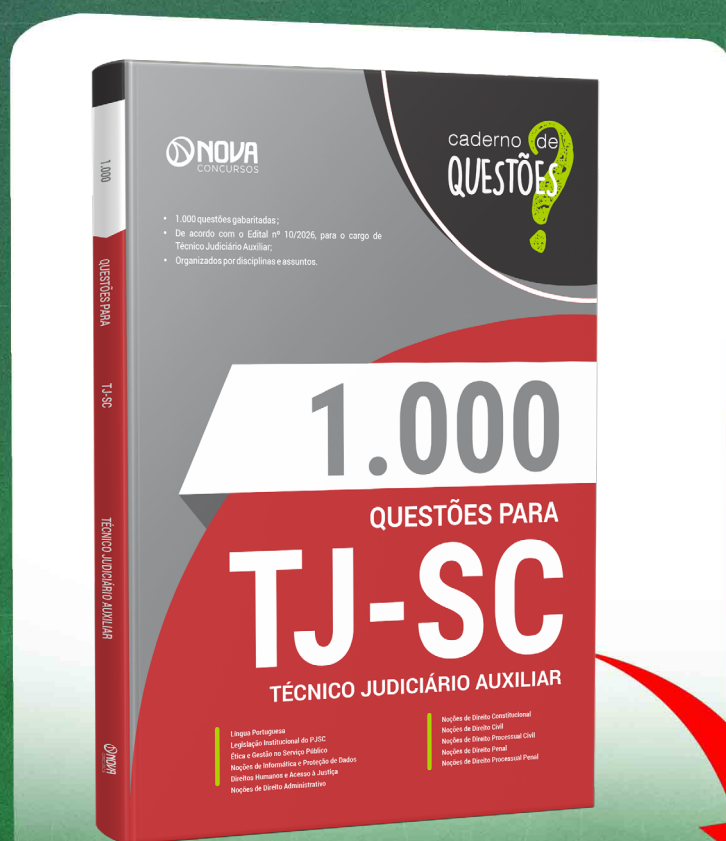
MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

[ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO](#)